

Associação Turma do Jiló

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e associados da
Associação Turma do Jiló
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Turma do Jiló (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” do nosso relatório, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Turma do Jiló em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Associação tem como prática efetuar contratações e pagamentos a alguns prestadores de serviços pessoas jurídicas de forma recorrente para as atribuições de certas atividades fim da Associação, podendo haver a interpretação de vínculo empregatício. A Associação não mensurou nem reconheceu a provisão fiscal e os encargos sociais incidentes sobre os pagamentos efetuados dessa remuneração. Se o reconhecimento da provisão fiscal e dos encargos previdenciários incidentes sobre os referidos pagamentos tivesse sido efetuado, certos elementos das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 poderiam ter sido afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Chamamos a atenção para o fato que não examinamos o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e qualquer nota explicativa relacionada relativas ao exercício findo naquela data, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente e, conseqüentemente, não emitimos uma opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

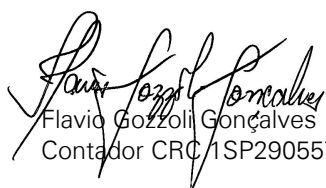
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de abril de 2021

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4


Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Associação Turma do Jiló

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (não auditado)

(Em reais)

Ativo	Nota	2018	2017 (não auditado)	Passivo	Nota	2018	2017 (não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	184.849	187.553	Fornecedores e contas a pagar	5	12.886	9.678
Adiantamento a fornecedores		<u>61.660</u>	<u>38.433</u>	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	6	11.342	8.158
Total ativo circulante		246.509	225.986	Obrigações fiscais		5.146	365
				Outras contas a pagar		<u>3.801</u>	<u>3.708</u>
				Total do passivo circulante		33.175	21.909
				Patrimônio líquido			
				Superávit acumulado		<u>213.334</u>	<u>204.077</u>
				Total do patrimônio líquido		213.334	204.077
Total do ativo		<u>246.509</u>	<u>225.986</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>246.509</u>	<u>225.986</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Turma do Jiló

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (não auditado)

(Em reais)

	Nota	2018	2017 (não auditado)
Receitas operacionais, líquidas			
Receita operacional	9	672.939	468.420
Trabalho voluntário e gratuidades	13	<u>32.500</u>	<u> </u>
		705.439	468.420
Custos e despesas operacionais			
Gerais e administrativas	10	(352.423)	(268.414)
Despesas com projetos	11	(315.863)	(92.701)
Trabalho voluntário e gratuidades	13	<u>(32.500)</u>	<u>-</u>
		(700.786)	(361.115)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		<u>4.654</u>	<u>107.305</u>
Resultado financeiro, líquido			
Despesas financeiras		(1.825)	(1.627)
Receitas financeiras		<u>6.341</u>	<u>2.959</u>
		<u>4.516</u>	<u>1.332</u>
Superávit do exercício		<u><u>9.169</u></u>	<u><u>108.637</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Turma do Jiló

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (não auditado)

(Em reais)

	2018	2017 (não auditado)
Superávit do exercício	9.169	108.637
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>9.169</u>	<u>108.637</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Turma do Jiló

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (não auditado)

(Em reais)

	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017 (não auditado)	95.440	95.440
Superávit do exercício	108.637	108.637
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	204.077	204.077
Superávit do exercício	9.169	9.169
Ajustes do exercício anterior	89	89
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>213.334</u>	<u>213.334</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Turma do Jiló

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (não auditado)

(Em reais)

	2018	2017 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superavit do exercício	9.169	108.637
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas/ (aplicado nas) atividades operacionais	-	-
(Aumento)/redução nos ativos em:		
Adiantamentos a fornecedores	(23.138)	(38.433)
Impostos a recuperar	-	933
	<u>(23.138)</u>	<u>(37.502)</u>
Aumento/(redução) nos passivos em:		
Fornecedores e contas a pagar	3.208	9.678
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	3.184	8.158
Obrigações fiscais	4.781	365
Outras contas a pagar	93	3.708
	<u>11.266</u>	<u>21.909</u>
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(2.703)</u>	<u>93.045</u>
Demonstração da (redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	187.553	94.508
No fim do exercício	<u>184.849</u>	<u>187.553</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.703)</u>	<u>93.045</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Associação Turma do Jiló ("Associação" ou "Entidade") é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, sem finalidade política ou religiosa, constituída em 17 de Junho de 2015, com sede na cidade de São Paulo – SP.

A associação tem como finalidades: (a) promover programas de saúde; (b) Incentivar e promover a Cultura; (c) Promover a educação básica e profissional; (d) Promover programas ambientais, a defesa, a preservação e conservação do meio ambiente e incentivar o desenvolvimento sustentável; (e) Promover programas sociais; (f) Promover atividades e programas de esporte, lazer e atividades recreativas; (g) Promover a assistência social - atendendo a todos os públicos interessados, em especial, portadores de deficiência física e todas as minorias da sociedade; (h) Promover programas de desenvolvimento econômico e social; (i) Promover o voluntariado; (j) Promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, promoção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos para cuidados e tratamentos das deficiências de modo geral; e (k) Promover treinamento e acompanhamento de profissionais para trabalhar a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais em âmbito escolar e profissional.

Os recursos e doações recebidas pela Associação têm o exclusivo objetivo de manter sua operação de acompanhamento de projetos de naturezas destacadas acima.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 06 de abril de 2021.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Reais e foram arredondadas para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os recebíveis os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem os adiantamentos a fornecedores.

(ii) Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2018, incluindo operações de *hedge*.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras possuem risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de ajuste.

d. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

e. Receita operacional

(i) *Receitas sem restrições - contribuições e doações*

A Associação recebe contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas que apoiam de forma voluntária os trabalhos desenvolvidos pela Associação e são reconhecidas no resultado do exercício quando do recebimento dos recursos, independentemente de se haver a detinação da doação para algum programa específico da Associação.

(ii) *Doações*

As receitas de donativos, provenientes de doações espontâneas, são reconhecidas contabilmente quando recebidas e registradas conforme sua origem.

f. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos e representam os benefícios econômicos prováveis que fluirão para a Associação, reconhecendo as receitas financeiras líquidas do imposto de renda a ser retido de instituições financeiras.

As despesas financeiras compreendem, substancialmente, tarifas bancárias.

g. Trabalhos voluntários e gratuidades recebidas

As receitas com trabalhos voluntários e dos serviços recebidos de forma gratuita, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração. São valorizados também os serviços recebidos de forma gratuita. As receitas com trabalhos voluntários e gratuidades recebidas são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Associação não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Associação não planejou adotar estas normas de forma antecipada.

Impactos esperados na adoção do CPC 06 (R2)/IFRS16 - Operações de Arrendamento Mercantil

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) / IFRS 16 não tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Associação no período de aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Associação não concluiu as análises dos efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, dessa forma o impacto efetivo da adoção da norma ainda não pode ser estimado com confiança, no entanto, de forma geral a Associação deverá reconhecer ativos de arrendamento (direito de uso) e passivos de arrendamento (inicialmente mensurado pelo valor presente das contraprestações não canceláveis) no balanço em essência para todos os arrendamentos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017 (não auditado)
Caixa - Sem restrição	3.532	46
Depósitos bancários em Conta corrente – Sem restrição	10	10
Aplicações financeiras – Sem restrição	181.307	187.497
	<u>184.849</u>	<u>187.553</u>

A Associação mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras da Associação não estão sujeitas à incidência de impostos, em razão desta gozar de imunidade de tributos federais.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a fundo de renda fixa, remuneradas às taxas que se aproximam da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez diária. Tais aplicações são concentradas em instituição financeira com rating de baixo risco.

5 Fornecedores

	2018	2017 (não auditado)
Fornecedores - serviços	3.648	6.297
Contas a pagar	9.238	3.381
	<u>12.886</u>	<u>9.678</u>

6 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2018	2017 (não auditado)
Férias e encargos pagar	5.290	5.022
INSS a recolher	5.336	3.065
FGTS a recolher	638	-
Outros impostos	80	71
	<u>11.342</u>	<u>8.158</u>

7 Provisão para contingências

A Associação, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências. A Associação não possuía nenhuma contingência com risco de perda provável no exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

Riscos avaliados como perdas possíveis

A Associação não possuía nenhuma contingência com risco de perda possível no exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

8 Patrimônio líquido

O patrimônio social da Associação é empregado integralmente nos seus objetivos sociais, e formado pelo superávit e/ou déficits acumulados.

a. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Associação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

9 Receitas operacionais

	2018	2017 (não auditado)
Doações recebidas para custeio da Associação – Sem restrição	672.939	468.420

10 Despesas gerais e administrativas

	2018	2017 (não auditado)
Despesas com pessoal	174.161	55.466
Serviços de terceiros	98.551	171.557
Despesas gerais de escritório	18.482	12.765
Telecomunicações/Internet	3.864	1.526
Despesas com ocupação	12.407	-
Propaganda/Publicidade	23.308	19.466
Despesas com viagens	16.654	7.634
Despesas tributárias	4.996	-
	352.423	268.414

11 Despesas com Projetos

As despesas com projetos referem-se aos valores gastos pela Associação em investimento social (doações) e acompanhamento de projetos executados pela Associação.

	2018	2017 (não auditado)
Curso de qualificação	109.705	92.701
Doações	14.843	-
Serviços de terceiros	191.315	-
	315.863	92.701

12 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, a Associação apresenta a seguir relação dos tributos objetos de renúncia fiscal. A Associação não possui a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem finalidade de lucros:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)

As declarações de isenção do imposto de renda, às quais a Associação está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos a revisão por autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

13 Trabalho voluntário e gratuidades

Conforme estabelecido no item 19 da ITG 2002 (R1) e na Resolução CFC nº 1.409/2012, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários quando existente, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

Em 31 de dezembro de 2018, a Associação não recebeu trabalhos voluntários de membros integrantes dos órgãos da Administração, no exercício de suas funções administrativas e financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018, a Associação recebeu serviços de forma gratuita relacionados à cessão de uso do espaço físico (aluguel), o qual seria equivalente ao valor justo total de R\$ 32.500.

14 Instrumentos financeiros

A Associação mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são razoáveis com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado. A Associação não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associadas a esses instrumentos. A Associação não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

15 Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2018.

16 Eventos subsequentes

Coronavírus – COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras das organizações.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Associação, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas Demonstrações Contábeis, a Associação avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

* * *

Felipe Bressan Videira
Diretor - Presidente

Emilio Yoshiyuki Aoki
Contador
CRC/SP N° 1SP113579/O1